PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE
Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.
E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 394ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ás nove horas e quarenta e um minuto, do dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte três, reuniram- se no "Grupo da Fraternidade Irmão Altino" sito à Rua Álvares Cabral, nº 381 – Campo do Galvão, os membros deste conselho com a presença de dezesseis membros, sendo onze titulares e cinco suplentes. Com a palavra a presidente Maria Cecília desejou bom dia a todos, agradeceu a presença e deu início à reunião informando aos conselheiros que foi publicada a substituição da representatividade do segmento usuário Associação dos Aposentados de Guaratinguetá pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, fez a leitura do ofício recebido e aproveitou para empossar as representantes da APOESP tendo como titular Maria Lúcia de Oliveira e Myrian Gratie Mathias. Dando continuidade fez a leitura do ofício resposta 29/2023 TMS referente aos questionamentos do protocolo de medicações. Na sequencia fez a leitura do ofício 30/SMS/2023BEQ, a respeito da instalação de ar condicionado nas unidades de saúde das Pedrinhas e Pilões. Fez a leitura de uma solicitação do conselheiro Sidney Higino a respeito de informações sobre a falta de profissional ginecologista na rede municipal. Com a palavra a secretária Maristela Macedo alegou que os médicos ginecologistas que passaram no concurso não querem assumir o cargo, deixando que caso alguém tenha um ginecologista para indicar para uma possível contratação, pois não há interesse dos profissionais. Com a palavra a conselheira Dilene Martins questionou sobre os pacientes que pegam a receita para manutenção do tratamento, porém ficam mais de ano sem avaliação do profissional médico. Com a palavra a secretária Maristela Macedo explicou que esse é o protocolo instituído pelo município, se alguém está burlando o protocolo cabe uma denúncia na ouvidoria para ser apurado e como a segunda resposta é muito clara, assinado pelo médico, existe uma lei, chamada lei do ato médico que garante ao médico o fato de assinar. Casos pontuais, ou são discutidos na ouvidoria ou são discutidos com a responsável pela unidade de saúde. Com a palavra a conselheira Dilene Martins colocou que acha interessante o paciente ter a avaliação do profissional para dar continuidade ao tratamento. Com a palavra a presidente Maria Cecília informou que a Ata trecentésima nonagésima terceira foi encaminhada via e-mail para os conselheiros, fazendo uma ressalva que houve um erro de digitação na data da reunião, afirmando que foi corrigido. Acolhendo uma solicitação da conselheira Dilene Martins á respeito de sua fala com relação ao risco que a unidade de saúde das pedrinhas vem correndo devido à interdição da igreja que fica ao lado da unidade, com risco da queda da torre. Com a palavra o conselheiro Adilson Lopes pediu vista da Ata da trecentésima nonagésima terceira reunião ordinária deste conselho. Com a palavra a presidente Maria Cecília explicou que o prazo para a habilitação da UPA no ministério da saúde seria até dia trinta de abril, e o documento que está faltando é a Ata da última reunião a qual a enfermeira Jucely Junqueira veio explanar sobre a exigência de documentos que o ministério faz. Com a palavra o conselheiro Adilson Lopes explanou que pede vista da ATA por não considerarem o pedido feito por escrito para a mesa diretora pedindo a retirada do tema que foi exatamente solicitado pelo mesmo na reunião anterior, confessando seu erro por ter assinado a lista de presença e não ter comparecido á reunião afirmando isso ser comum em reuniões anteriores. Alegou que os dois temas não constavam na ordem do dia e sim como assuntos pendentes, afirmando que não poderia ter sido colocado em votação, assim sendo, solicita a retirada do que foi transcrito na Ata referente aos dois temas. Sugestionando que a mesa diretora e comissão executiva se reúna após essa reunião para endossar as matérias importantes que precisam ser deliberadas. Com a palavra a presidente Maria Cecília colocou que seria impossível chamar uma reunião imediata com a mesa diretora e comissão executiva por não ter os membros presentes. Colocou que não foi encontrada no regimento a cláusula que pode cancelar o tema minutos antes da reunião e solicitou ao

conselheiro Adilson que se existisse essa cláusula que assim fosse colocado ao pleno. Acrescentou que caso o conselheiro queira esses temas novamente que seja solicitado para que um dia em que o mesmo possa comparecer a reunião, afirmando que as ações perante o tema que foi tratado na última reunião não interferem em nada, caso queira solicitar novamente é só trazer para a discussão do pleno. O conselheiro Adilson Lopes afirmou que não pode colocar em votação o que não está na ordem do dia. Com a palavra a conselheira Maria Cecília questionou onde se encontra no regimento. Com a palavra a secretária Maira Almeida fez a leitura do regimento referente à pauta das reuniões. Com a palavra o conselheiro Adilson Lopes afirmou que pediu o tema para discussão e não aprovação. Com a palavra a presidente acrescentou que por motivos pessoas uma população inteira de Guaratinguetá está sendo prejudicada. Com a palavra a secretária Maristela Macedo pediu para cessasse a discussão e que a reunião está gravada, constará em Ata o prejuízo do município. Com a palavra o conselheiro André Monteiro acrescentou que todo conselheiros tem direito de se expressar, e o pedido de vista é um direito, porém falando da habilitação, estamos falando de quinhentos mil reais de verba para o município, deixou que a mesa convocasse uma extraordinária pautando se o COMUS está de acordo com a habilitação UPA, com o custeio de quinhentos mil reais, talvez não envolvendo outros temas. **Informes do Gestor:** Com a palavra a secretária Maristela Macedo informou que vai acontecer dia vinte e node abril, próximo sábado das 8h às 13h na Praça Conselheiro Rodrigues Alves, uma conscientização do autismo, um evento que foi montado pelos funcionários da saúde mental para fazer esse movimento de conscientização sobre o autismo, lembrando que esse movimento também foi feito dentro das unidades de saúde. **Ordem do Dia: A-Relatório Anual de Gestão 2022:** Com a palavra a presidente Maria Cecília colocou que o relatório foi encaminhado com antecedência aos conselheiros e perguntou se haveria alguma colocação. Com a palavra o conselheiro Adilson Lopes afirmou que teve verificando o relatório por cima e verificou anotações que não estão corretas sugestionando a suspensão da votação afirmando caso não seja acatado, pedirá vista novamente do tema, alegando a necessidade de passar pelas comissões. Com a palavra a secretária executiva explanou que o relatório havia a necessidade de aprovação para alimentar o sistema DigiSus, deixando sua insatisfação com a postura do conselheiro Adilson, que estaria prejudicando novamente o município por questões pessoais. Com a palavra o conselheiro Adilson Lopes em tom grosseiro alegou que a opinião da secretária executiva não teria validade em nada e que a mesma deveria executar o seu papel como secretária. Levantando novamente a questão do usuário não poder ser presidente do conselho, questionou o porquê do usuário participar do conselho. Com a palavra a presidente Maria Cecília afirmou que é uma questão de regimento, está na lei orgânica do município. Com a palavra o conselheiro Adilson Lopes questionou o porquê não pode ser discutida essa alteração na lei, alegando que foi tirada essa discussão. Com a palavra a presidente Maria Cecília afirmou que quem não pode comparecer a reunião no dia da discussão foi o próprio conselheiro Adilson o mesmo quem solicitou a discussão, sendo incoerente solicitar uma pauta e não estar presente na reunião para discussão, alegando que o conselho não tem nada a ver com os compromissos particulares dos conselheiros. O senhor pediu a discussão, solicitou o tema e não estava presente na reunião, transferindo a responsabilidade para o COMUS prejudicando a habilitação da UPA que é uma verba de quinhentos mil reais para o município, deixando que sua representatividade no COMUS, não seja de interesse pessoal e sim pelo coletivo, pela população de Guaratinguetá. Com a palavra o conselheiro Adilson Lopes afirmou que deu sua sugestão. Com a palavra a presidente Maria Cecília afirmou que a sugestão não seria viável, deixou que ao aceitar sua representatividade no COMUS, foi se inteirar sobre saúde pública em um único

bem comum, pelos munícipes de Guaratinguetá, agora interferir na habilitação da UPA que seria um benefício para a cidade, não é uma luta pelo coletivo. Deixou que sabe do conhecimento do conselheiro Adilson devido sua experiência e ressaltou sua importância para o conselho, porém o mesmo está levando o mérito por causa de uma votação que foi feita para discutir uma assunto que foi colocado pelo mesmo em pauta, alegando ser contraditório. Com a palavra o conselheiro Adilson Lopes pediu para voltar ao assunto do RAG, alegando estar errado algumas questões. Com a palavra a conselheira Bianca Muller questionou se o que o conselheiro Adilson considera como erro no RAG, seria o cadastro. Explanando que sobre a alteração do cadastro vem sendo solicitado e discutido há alguns meses, deixando que tem com comprovar as solicitações, que no mínimo existe uns dez e-mail para a secretaria da fazenda solicitando essas alterações, porém o sistema SIOPS está em manutenção e não registra as alterações. Disse que se olharmos o relatório, não aparecerá nada com relação ao COVID, pois o sistema SIOPS não está registrando alegando que a resolução do problema não está em suas mãos, depende de um sistema. No mais, afirmou que essa questão não pode interferir na aprovação, prejudicando novamente, por termos um prazo a cumprir. Afirmou que não são números errados, a prestação de contas não está errada, barrar a aprovação por cauda de um cadastro que não depende de nós, o número de conselheiros e o nome da presidente que constam com erro e temos comprovado por ofício que solicitamos a alteração nos dados. Sugeriu que essa reunião fosse suspensa, já que não será nada aprovado e solicitamos uma extraordinária, já que a aprovação do RAG vai interferir e retardar os repasses da saúde, teríamos que aprovar o RAG até dia trinta de abril e isso não será possível, solicitou que fosse tudo explanado e constado em ATA, pois ao dar algum problema será essa Ata que será encaminhada como respaldo e isenção de responsabilidade. Suspendemos essa reunião, solicito extraordinária para todos os temas que são de suma importância, e inclusive incluindo a habilitação da UPA, pois já subimos a informação para o ministério da saúde. Com a palavra a presidente Maria Cecília encerrou a reunião, pedindo desculpas a todos os presentes que perderam seu tempo ou saiu do seu trabalho para estar aqui hoje e deixou que assim que estiver à data da reunião extraordinária encaminhará aos conselheiros. Não havendo nada mais a tratar, encerrou a reunião às dez horas e onze minutos, lavrando-se a presente ATA que vai assinada por mim Maira Regiane de Almeida que secretariei e pelos demais membros.